



## **IMPrensa LOCAL E A CRIAÇÃO DO CODEPAC, ÓRGÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BAURU**

Larissa Fernanda Palhari<sup>1</sup>  
William Henrique dos Reis Carneiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup>E-mail: larissapalhari@hotmail.com, graduanda do curso de História da Universidade do Sagrado Coração (USC).

<sup>2</sup>E-mail: williamhenrique360@hotmail.com, graduando do curso de História da Universidade do Sagrado Coração (USC). Artigo desenvolvido sob a orientação do professor M.e Fábio Paride Pallotta.

### **RESUMO**

Este artigo visa apresentar, através de pesquisas de caráter exploratório no âmbito do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) da Universidade do Sagrado Coração, o início do processo de formação e a expansão do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru (CODEPAC), órgão municipal findado com o propósito de promover e salvaguardar o patrimônio cultural da cidade. A partir de um levantamento bibliográfico físico, em jornais catalogados no mesmo centro, vislumbrou-se a atuação deste conselho como o responsável pela preservação dos patrimônios históricos da cidade, no período de mais de uma década (1981 a 1992), demonstrando sua importância para a sociedade bauruense e o proceder da imprensa local em relação a preservação do patrimônio histórico-cultural.

**Palavras-chave:** CODEPAC. Imprensa. Bauru.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa apresentar através de uma cronologia, a temática da imprensa local e a criação do Codepac, órgão de proteção do patrimônio cultural de Bauru.

O patrimônio histórico é um conjunto de bens materiais ou imateriais que nos diz a história de um determinado um povo e região através de suas experimentações com o ambiente. Este passará para gerações futuras, com o principal objetivo de manter os seus aspectos originais, como as fachadas, janelas, tinta, grades, decorações externas, etc (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 abrange todo patrimônio histórico-cultural brasileiro, garantindo no artigo 216, parágrafo 1º, a promover, proteger, iniciar o processo de tombamento e dispor de vigilância para o monumento. Torna-se uma tarefa também em colaboração da comunidade local a efetiva participação nesse processo, já que o próprio objetivo é a preservação da memória (BRASIL, 1988).

Quando há uma prática de preservação real pelo poder público e comunidade,

conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da nação. Patrimônio, etimologicamente, significa "herança paterna"- na verdade, a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, e que se vai transmitindo de geração a geração (CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BAURU, 2012).

A Declaração de Deschambault (2008) é uma carta patrimonial designada para a província de Quebec, Canadá. Ela salvaguarda e promove o *spiritus loci*, ou o espírito do local, notadamente a vida, bem como “práticas sociais e espirituais, costumes, conhecimentos tradicionais e outras formas intangíveis” se entrelaçando com o patrimônio cultural. Desta forma, um casarão em uma fazenda distante não se separa do meio ambiente em que ela se encontra, mas atribui-se os aspectos geográficos e biológicos do lugar, fazendo-o como uma integração ao patrimônio (CONSELHO INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E DOS SÍTIOS, 2008).

Dando início a exploração dos arquivos, consultamos no jornal do dia 15 de agosto de 1981, em que o vereador Medina Garcia tentaria criar subsídios para a preservação da memória bauruense, já que por falta de cuidados com a mesma, Bauru acabou por perder muitas personalidades famosas, e isso pairava sobre a preocupação dele sobre a manutenção da memória como um todo.

A sugestão dele era que por intermédio de fitas magnéticas, textos e depoimentos, seria possível preservar o conteúdo para servir como material para futuras pesquisas. Porém, não feita por historiadores de fato, mas sim que isso seria função realizada unicamente por jornalistas, surgindo um problema historiográfico ignorado.

Em 24 de julho de 1986, o Arquiteto Raphael Gendler frisou a importância do valor histórico para a cidade, sugerindo a criação de um órgão que tratasse sobre o tombamento de patrimônio histórico. Com isso, foi proposto por ele a necessidade de uma diretoria que estudasse e tratasse desse assunto de natureza polêmica, pois o que prevalecia no momento era a tendência da especulação imobiliária, dando lugares para novos prédios.

Diante disso, no dia 26 de julho de 1986, foi publicado uma nota relatando que seria criado um setor de patrimônio histórico em Bauru, com a função de conservar e restaurar

zonas urbanas e rurais. Para isso várias reuniões foram realizadas com o assessor do CONDEPHAAT<sup>3</sup>.

No dia 16 de agosto de 1986, fora anunciado que o município havia conseguido criar uma associação para a defesa do meio ambiente e patrimônio histórico. Porém, havia críticas ao mesmo, visando que o governo deveria se sensibilizar mais, colaborando com mais verbas. No entanto, estavam em geral muito felizes com essa primeira conquista ao município.

Em 19 de dezembro de 1986, na manchete: Incentivo e apoio a memória de Bauru, destacamos o trecho que trata da preservação da memória:

A preservação da memória de uma cidade é um trabalho que deve merecer o apoio e o incentivo, não apenas de entidades particulares, mas principalmente do poder público, a fim de que no presente e no futuro a população possa acompanhar, através de jornais antigos, fotografias, documentos, objetos etc., a evolução do município, em todos os seus setores.

É posto em análise que devido à carência no sistema de salvaguarda do município, esse se torna empobrecido na sua identidade, ademais, é fundamental a preservação da memória, com incentivos não só privados (dispersos na época), mas também públicos.

Bauru já caminhava para o seu centenário, mas até então não se tinha um órgão específico de preservação de patrimônio arquitetônico cultural, sendo que o mesmo contava com um grande interesse por parte dos professores, historiadores, e outros membros em manter viva a memória da cidade.

*Pari passu*, a administração da cidade não via com “bons olhos” esse projeto, e o Museu Ferroviário, que se torna muito importante para esse processo, se encontrava no momento sem um conselho havia um ano, todavia, novos membros seriam indicados posteriormente.

A importância de preservar o patrimônio arquitetônico da cidade, em discussão, veio à tona na manchete do dia 15 de setembro de 1991, a qual tratava na iniciativa privada de patrimônio, mas destacando as carências de sistematizações.

---

<sup>3</sup> Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

## **OBJETIVO**

Esse estudo tem como objetivo demonstrar através de relatos da imprensa local, no período de 1981 a 1992, como foi à criação do órgão Codepac, responsável pela preservação dos patrimônios do município de Bauru, demonstrando sua importância para a sociedade, e a reação da mesma.

## **METODOLOGIA**

Estudo exploratório, com pesquisas documentais primárias no âmbito do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) da Universidade do Sagrado Coração através de jornais regionais da época.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O processo de tombamento não surge com efeito positivo nas pessoas, pois elas acham que através disso, irão perder suas propriedades para o tombamento. Analisamos através da fala da agente cultural da época, Nilda R. da Silva:

No entanto, falar em tombamento histórico não surte um efeito positivo nas pessoas, pelo contrário, há uma grande confusão com o significado da palavra. As pessoas pensam que tombar uma propriedade significa toma-la do proprietário, tirar-lhe o seu direi sobre a propriedade ou ainda, comprar o imóvel por um preço bem abaixo do seu valor real.

Figura 1 - Muitos estabelecimentos escondem a riqueza dos detalhes dos casarões da década de 30



Fonte: Diário de Bauru (1991).

O próprio jornal subsequentemente nos dá a definição do que realmente se trata o processo de tombamento e quais são suas implicações:

A partir do momento que um móvel ou imóvel é tombado, ele não pode ser destruído. É justamente esta a preocupação dos proprietários de imóveis antigos, ou seja, se o seu imóvel for tombado, ele jamais poderá ser demolido e no seu lugar surgir prédios modernos e edifícios.

As pessoas com medo de perder suas propriedades muitas vezes acabavam degradando seus imóveis para que perdessem seus valores patrimoniais. Lembrando que muitas vezes só a faixa do local era preservada, mas mesmo assim, os proprietários as modificavam com placas e outras formas de alterações prediais.

Assim como o historiador Gabriel Ruiz Pelegrina, sabemos que é fundamental a preservação do patrimônio cultural por via do tombamento, pois através dessa ação se resguarda a história de um povo.

No dia 24 de Abril de 1992, sabendo-se da importância do patrimônio cultural, numa sessão da câmara dos vereadores, professores discutiram sobre a preservação do patrimônio local bauruense, que se encontrava em torno de 40 imóveis públicos e privados que necessitavam ser tombados.

Diante disso, em 19 de Maio de 1992, é apresentado na câmara o projeto que cria o Codepac<sup>4</sup>, órgão que foi extremamente apoiado pela professora de história Lídia Vianna Possas da Universidade do Sagrado Coração. Além dela, vários outros professores defenderam a criação dessa instituição, mobilizando os vereadores a entenderem a importância e o verdadeiro valor do patrimônio histórico, que até então não era valorizado e sim destruído, contudo, conseguiram passar o projeto.

Figura 2 - O casarão da Rua Batista de Carvalho com a Virgílio Malta



Fonte: Diário de Bauru (1992).

<sup>4</sup> Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru.

Figura 3 - Professora Lídia defendeu a criação do Conselho, através da Tribuna Livre



Fonte: Diário de Bauru (1992).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término da pesquisa, a qual foi feita através de relatos da imprensa local, no período de 1981 a 1992, fora analisado a criação do órgão Codepac, responsável pela preservação dos patrimônios do município de Bauru. É importante ressaltar, que mesmo com o tempo e todas as lutas em relação à preservação do patrimônio cultural, há ainda uma certa divergência travada nas cidades do Brasil a respeito desse assunto com a população e a instituição vigente.

Outra questão importante que devemos nos atentar com cuidado, é o fato das fontes presentes trabalhadas. No caso dos jornais, Diário de Bauru e Jornal da Cidade, é percebido uma óbvia tendenciosidade de cunho positivista, o que gera um problema de narrativas trabalhado pela atual historiografia.

Todavia, mesmo com as dificuldades por causa das bibliografias, podemos dizer que conseguimos alcançar nosso objetivo em fazer uma cronologia sobre o Codepac e analisar como é trabalhoso criar um órgão específico como esse ao qual se envolve diversas pessoas

em hierarquias diferentes, assim como o papel do historiador e suas narrativas históricas e recortes dos fatos e de que forma a sociedade reage diante disso.

Figura 4 - Casa Savastano, um dos imóveis tombados pelo Codepac em Bauru



Fonte: Elaborada pelos autores.

Diante de todo trabalho desenvolvido, a comparação entre as fontes e diferentes autores a respeito do tema, o nosso posicionamento é que a preservação do patrimônio cultural é de fundamental importância, pois resguarda a história de uma sociedade. É nela que está contida um reflexo da cultura dos povos que habitaram e ainda habitam a cidade, transformando e remodelando os imóveis, da simples casa ao imponente prédio.

Não obstante, ainda se têm pessoas que lutam a favor do funcionamento desse projeto, e uma das principais armas é o meio da divulgação do que é tombamento histórico, citando o professor Fábio Paride Pallotta<sup>5</sup>, a falta de informação é uma das principais barreiras para resguardar a história, e podemos analisar essa afirmação no decorrer da pesquisa.

<sup>5</sup> Professor Pesquisador - Educação Patrimonial (Patrimônio Cultural) na USC - Universidade Sagrado Coração.

## LOCAL PRESS AND THE CREATION OF CODEPAC IN THE PROTECTION OF THE CULTURAL HERITAGE OF BAURU

### ABSTRACT

This paper presents, through exploratory research within the scope of the Nucleus of History Research (NUPHIS) of the Universidade do Sagrado Coração, the beginning of the formation process and the expansion of the Defense Council of the Cultural Heritage of Bauru (CODEPAC), which has the main purpose to promote and preserve the city cultural heritage. Based on a bibliographical survey in newspapers that were cataloged in the same place, the council is responsible for the preservation of the city's historical heritage in a period of over one decade (1981 to 1992), demonstrating to the local community its importance and how the press proceeds in relation to the preservation of historical and cultural heritage.

**Keywords:** CODEPAC. Press. Bauru.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 27 de out. 2016.

CERIGATTO, Mariana. **Caminhos do passado**. JCNET, Bauru, 22 jan. 2012. Cultura. Disponível em: <<http://www.jcnet.com.br/Cultura/2012/01/caminhos-do-passado.html>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BAURU (CODEPAC). **Bem Vindo!** Bauru, c2012. Disponível em: <<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/codepac/Default.aspx>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E DOS SÍTIOS. **Québec declaration on the preservation of the spirit of place**. Canada, 2008. Disponível em: <<http://whc.UNES.org/uploads/activities/documents/activity-646-2.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Material**. Brasília, DF, c2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 20 set. 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_ **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. p 535.

PINSKY, Carla Bassanezi; MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 281.

PINSKY, Carla Bassanezi; SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento, aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 309.

Revitalização do Centro - Preservação de Monumentos Históricos, Imóveis, monumentos, obeliscos, marcos, bustos, hérmias, etc. Acesso em: set. 2016.

JORNAL DA CIDADE. Bauru, 15 ago. 1981.

JORNAL DA CIDADE. Bauru, 24 jul. 1986.

JORNAL DA CIDADE. Bauru, 26 jul. 1986.

DIÁRIO DE BAURU. Bauru, 16 ago. 1986.

JORNAL DA CIDADE. Bauru, 19 dez. 1986.

JORNAL DA CIDADE. Bauru, 15 set. 1991.

DIÁRIO DE BAURU. Bauru, 24 abr. 1992.

DIÁRIO DE BAURU. Bauru, 19 maio 1992.